

TERCEIRO PAINEL ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E A ATIVIDADE ECONÓMICA: TRIBUTAÇÃO DO PETRÓLEO, IVA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

O terceiro painel, moderado pela jornalista Helena Garrido, contou com as intervenções do sócio fundador da Miranda & Associados, Agostinho Pereira de Miranda, do sócio fundador da PLMJ, José Miguel Júdice, e da advogada e docente universitária Clotilde Celorico Palma.

Agostinho Pereira de Miranda iniciou o painel dedicado à arbitragem tributária e a atividade económica: tributação do petróleo, IVA e comércio internacional, abordando o tema da repartição da renda petrolífera entre governos e “international oil companies”. “É possível que estejamos próximo do ocaso da era do homem hidrocarboneto”, afirma. “Mas os ganhos que a civilização conseguiu por efeito da energia barata, acessível, flexível, esses estão perfeitamente atestados na forma como hoje vivem, senão sete mil milhões de humanos, pelo menos uma parte significativa da humanidade”, nota.

José Miguel Júdice começou por citar Benjamin Franklin: “Nada é mais certo do que a morte e os impostos”. “Havendo impostos, não podendo ser evitados, a questão é saber se os impostos podem ajudar à atividade económica”, afirma.

A resposta é simples, diz: “se forem simples, baixos e favoráveis à economia privada. “Mas acho que os impostos não são assim”, avança. “Tributar passou a ser um fim em si mesmo, sobretudo se os impostos forem indiretos e não atingirem visível e frontalmente grupos com força eleitoral”. É, na sua opinião, “este o princípio fundamental que rege esta ansiosa procura de escavar até onde podem para obter não petróleo, mas dinheiro”. “Se os impostos não se preocupam com a atividade económica, o que pode ser feito para que prejudiquem o menos possível?”, pergunta. É aqui que, entende, entra a atividade tributária. Até porque surgiu porque “o Estado percebeu que um sistema eficiente de decisão é vantajoso para o credor”. “Já que tem que haver impostos. Já que há quem os não pague. Já que a Administração Fiscal continuará a cometer erros em fiscalizações e noutros métodos que são inventados para aumentar, nem que seja artificialmente para a Europa ver, a carga fiscal”. “Então que ao menos seja feita justiça fiscal de forma célere, profissional e independente”, conclui.

A fechar o painel Clotilde Celorico





DR. JOSÉ MIGUEL JÚDICE



DR.ª HELENA GARRIDO



PROF. DOUTORA
CLOTILDE CELORICO PALMA



DR. AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA



Palma falou sobre o papel da arbitragem tributária no domínio do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), apresentado vários casos, nomeadamente sobre a qualificação das operações, exercício do direito à dedução e sobre os meios de prova. “O site do CAAD tem 182 registos de processos em matéria de IVA”, conta. Decisões que, na opinião da docente universitária e reconhecida especialista em impostos indiretos, contribuem de forma decisiva para a melhor compreensão de um imposto especialmente complexo, tendo em conta a sua matriz europeia. Clotilde Celorico Palma salientou, ainda, a qualidade das decisões arbitrais em matéria tributária e a sua pronta publicação no site do CAAD.

“MAS OS GANHOS QUE A CIVILIZAÇÃO CONSEGUIU POR EFEITO DA ENERGIA BARATA, ACESSÍVEL, FLEXÍVEL, ESSES ESTÃO PERFEITAMENTE ATESTADOS NA FORMA COMO HOJE VIVEM, SENÃO SETE MIL MILHÕES DE HUMANOS, PELO MENOS UMA PARTE SIGNIFICATIVA DA HUMANIDADE”